

Autódromo do Rio: relatório do Inea sobre estudo ambiental é aprovado; licença fica próxima

Em 15 dias será convocada uma nova audiência pública para que seja discutido o documento, e, em seguida, será concedida a licença prévia para o começo da construção do complexo

Por Fred Sabino — Barcelona, Espanha

27/02/2020 17h45 Atualizado há 6 meses



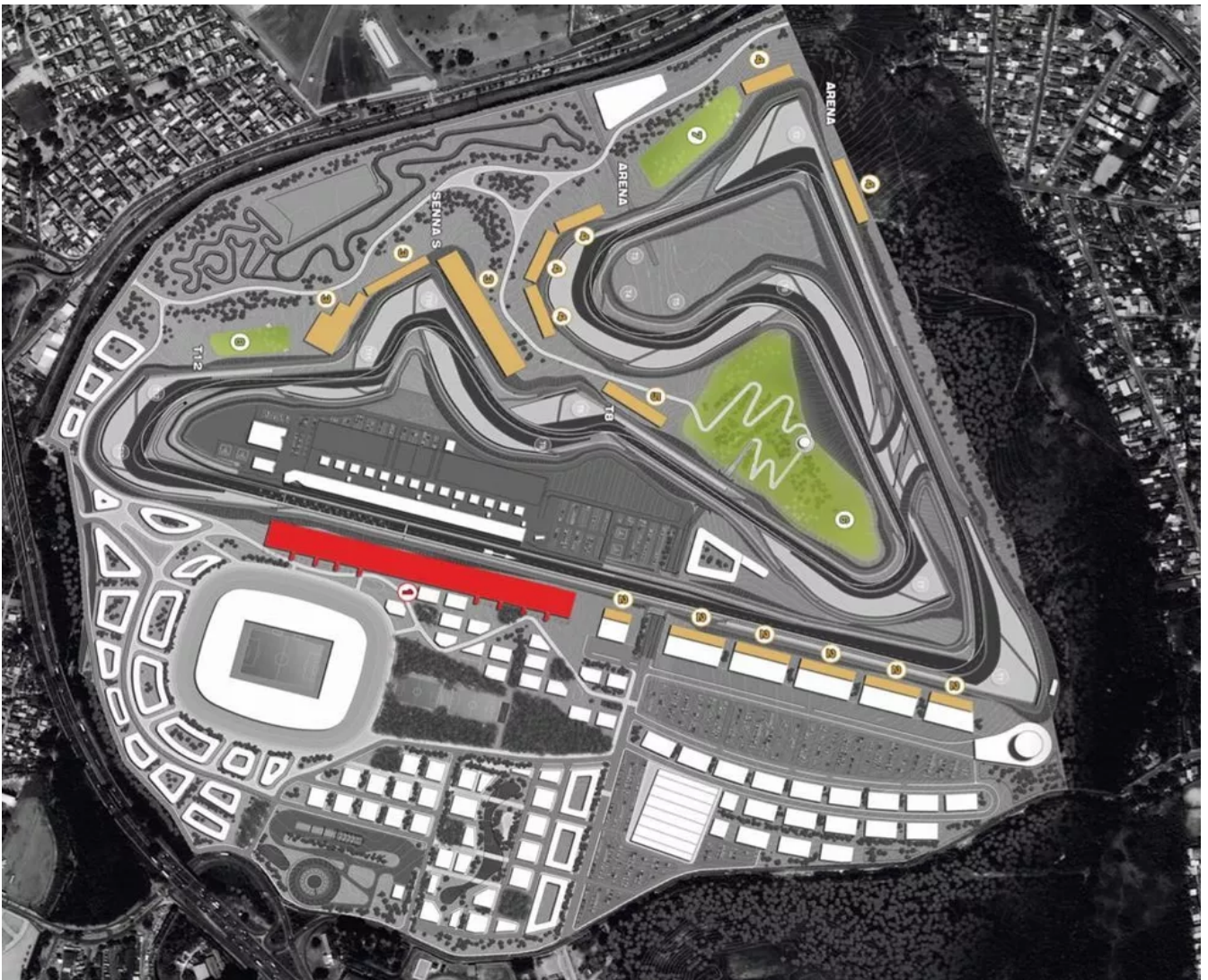
A
Co
mi
ss
ão
Es
tad

Divulgação

ual de Controle Ambiental (Ceca) aprovou nesta quinta-feira a continuidade no processo de Licenciamento Ambiental para a construção de um novo autódromo no Rio de Janeiro. O próximo e último passo antes da emissão da Licença Prévia é a Audiência Pública que será convocada nos próximos 15 dias. A aprovação se deu após a apresentação do estudo de impacto ambiental por parte do **Consórcio Rio Motorpark, vencedor da licitação**, ao Instituto Nacional do Meio Ambiente (Inea) e a Ceca.

A partir dessa aprovação, será convocada nos próximos 15 dias uma audiência pública com a população da cidade para que seja discutido o documento e, em seguida será concedida a

licença prévia para o começo das intervenções no terreno cedido pelo Exército na Floresta do Camboatá, no bairro de Deodoro, Zona Norte.



Autódromo do Rio está previsto para ser construído em 14 meses — Foto: Divulgação

Rio mira Fórmula 1 em 2021

O projeto de um novo autódromo do Rio, revelado em primeira mão pelo **GloboEsporte.com em junho de 2018**, tem como meta levar o GP do Brasil de Fórmula 1 para a cidade. São Paulo tem contrato para mais uma edição da prova, mas o Rio tem exclusividade de negociação com a Liberty Media, promotora da categoria, até março. **O valor da proposta carioca para ter o GP é de cerca de US\$ 60 milhões (aproximadamente R\$ 252 milhões)**. São Paulo fez uma proposta de US\$ 20 milhões (aproximadamente R\$ 84,2 milhões) para manter a prova.

Em dezembro, a Secretaria de Esporte do Rio de Janeiro aprovou o projeto para a realização da prova por dez anos e autorizou captação de R\$ 302 milhões em incentivos fiscais para que a cidade receba o Grande Prêmio do Brasil de Fórmula 1 em 2021 e 2022. Tal quantia significa

R\$ 151 milhões por evento, mas, como o valor anual começará a ser pago antes, não haverá estouro do limite de R\$ 138 milhões por ano previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O valor será investido para pagar parte da taxa à Liberty Media para a realização da prova.

[CLIQUE AQUI E VEJA A ÍNTEGRA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO AUTÓDROMO DO RIO DE JANEIRO](#)

Justiça tinha suspenso contratação até apresentação de EIA/Rima

O contrato da Rio Motorpark com a prefeitura do Rio de Janeiro foi suspenso pelo Justiça do Rio, após Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, até que fosse efetuada a apresentação de estudos de viabilidade e possíveis impactos ambientais e sua respectiva aprovação pelo Inea. Conforme informou o **Globoesporte.com**, **o EIA/Rima já havia sido enviado enviado aos órgãos necessários**, incluindo Inea, e apresentado à comissão da Alerj que trata do assunto.

Segundo o MPF, a Rio Motorpark precisaria provar possuir 1% do valor estimado do empreendimento — isto é, R\$ 6,97 milhões dos R\$ 697 milhões orçados. Criada 11 dias antes do certame, a empresa declarou ter capital social de R\$ 100 mil. O edital, em suas cláusulas 18.8.3 e 18.8.7, afirma que o requisito para habilitação e participação na licitação era de “índice de liquidez geral positivo”. Em outras palavras, tal exigência não se refere a participar ou sagrar-se vencedora do processo, mas apenas serve de requisito prévio para assinatura do contrato.

Sobre a criação próxima à publicação do edital, a empresa se defende informando que a Rio Motorpark é a subsidiária da holding americana Rio Motorsports, criada no ano anterior à divulgação da concorrência.

Outro ponto apontado pelo MPF foi a apresentação como garantia à Prefeitura de uma carta-fiança de quase R\$ 7 milhões do Maxximus Bank, empresa que não é uma instituição autorizada pelo Banco Central. Já a Prefeitura, que aceitou a garantia, informou que a empresa era um “banco de primeira linha”. A própria Maxximus negou que seja um banco. A vencedora da licitação afirmou que a administração municipal aceita garantias dessa instituição financeira corriqueiramente, como feito, por exemplo, para realização dos Jogos Olímpicos de 2016.





Projeto pretende construir autódromo no bairro de Deodoro, no Rio — Foto: Reprodução

O Ministério Público também questiona o fato de o presidente da Rio Motorpark, José Antonio Soares Pereira Júnior, ser sócio da Crown Assessoria, que ajudou a montar o edital. Nesse contexto, o Decreto no. 8.428/2015, em seu artigo 18, diz que “os autores ou responsáveis economicamente pelos projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados nos termos deste decreto poderão participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução de obras ou serviços”. Ainda de acordo com a legislação em vigor, o Aviso de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), em seu artigo 3.7, também autoriza a participação na licitação da elaboradora dos estudos da PMI.

Durante a investigação, o MPF identificou também supostos indícios de direcionamento da licitação e enviou uma notícia-crime para o MP Estadual (MPRJ), responsável pelos casos na esfera municipal – a licitação foi feita pela Prefeitura. A administração municipal e a empresa têm negado qualquer irregularidade afirmando que os termos do Edital foram devidamente aprovados pelo Tribunal de Contas do Município (TCM/RJ) e que “seus critérios de seleção são compatíveis com o nível de complexidade do Projeto”.



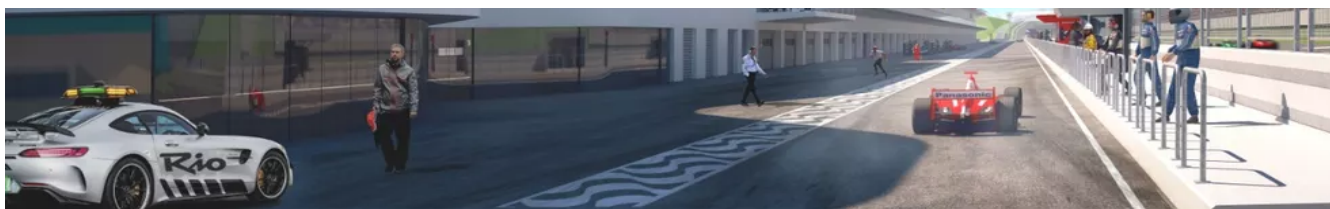


Imagem do projeto do novo autódromo do Rio de Janeiro — Foto: Divulgação

Esta defesa se baseia no convênio assinado em 2008 entre a União, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), no qual se determina que um novo autódromo no município deveria manter características semelhantes às da extinta pista de Jacarepaguá, sobretudo com condições técnicas e estruturais de receber as principais categorias internacionais, como a Fórmula 1.

A Rio Motorpark ainda alega que a licitação era de abrangência internacional, que permitia companhias de todo o mundo participarem do processo. Segundo o vencedor da concorrência, nenhuma empresa sequer visitou a área do autódromo, o que era uma exigência do edital publicado em fevereiro desse ano.